

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.483.251 - SP  
(2019/0111255-7)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A**  
**ADVOGADOS : GUSTAVO GONÇALVES GOMES - SP266894**  
**MARCELA GOMIDE NETO DE PAULA - DF036957**  
**SOC. de ADV. : SIQUEIRA CASTRO ADVOGADOS E OUTRO(S)**  
**AGRAVADO : MANOEL SOBRINHO DE ARAUJO**  
**ADVOGADOS : EDUARDO CARMONA DE ARAUJO - SP152002**  
**EDUARDO ESTEVES ROSSINI E OUTRO(S) - SP309311**

## DECISÃO

Cuida-se de agravo interno (fls. 188-195, e-STJ) interposto por **AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A**, contra a decisão monocrática de fls. 180-184, e-STJ, que negou provimento ao reclamo razão da incidência da Súmula 7/STJ.

O apelo nobre fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, visa reformar o acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 71, e-STJ):

PLANO DE SAÚDE. COBERTURA DE TRATAMENTO MÉDICO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ASTREINTES. COBRANÇA. Decisão que acolheu parcialmente impugnação a cumprimento de sentença, reduzindo parcialmente o valor das astreintes aplicadas, para R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Irresignação do exequente. Tutela antecipada em fase de conhecimento descumprida parcialmente, em dois períodos. Ampliação de tutela antecipada para cobertura de tratamento de tomografia de coerência ótica. Autorizações que não envolviam esse novo tratamento. Descumprimento da tutela de urgência. Multa incorrida que importaria na soma global de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais). Multa reduzida para R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Descabimento de redução. Desobediência da ordem judicial. Redução da multa (art. 537, § 1º, I, CPC) que não se confunde com a redução do montante já incorrido em razão do descumprimento do mandamento judicial. A função coercitiva da multa que não pode ser esvaziada. Interpretação em contrário que esvaziaria a efetividade da tutela específica das obrigações de fazer e não fazer pretendida pelo ordenamento processual vigente (art. 536, CPC). Decisão reformada, para fixação da multa ao final devida em R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais). Recurso parcialmente provido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados na origem (fls. 109-110, e-STJ).

Em suas razões de recurso especial (fls. 85-96, e-STJ), a agravante apontou violação dos arts. 536, 537, § 1º do CPC/15 e 884 do CC. Sustentou, em síntese, que "manter a multa imposta no valor exorbitante que se encontra, R\$ 380.000,00 é prestigiar o enriquecimento sem causa, sendo totalmente desarrazoada a multa que ultrapassa o valor da causa" (fls. 94, e-STJ).

Contrarrazões às fls. 115-135, e-STJ.

# Superior Tribunal de Justiça

Em juízo de admissibilidade (fls. 143-144, e-STJ), negou-se seguimento ao recurso, dando ensejo na interposição do agravo previsto no artigo 1.042, CPC/15 (fls. 146-149, e-STJ).

Contraminuta às fls. 154-160, e-STJ.

Em decisão monocrática (fls. 180-184, e-STJ), fora negado provimento ao agravo, ante a incidência da Súmula 7/STJ.

Daí o presente agravo interno (fls. 188-195, e-STJ), em que a agravante pugna pelo conhecimento do reclamo, refutando o óbice aplicado.

Impugnação às fls. 197-203, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

À vista dos fundamentos expostos nas razões do agravo interno, **reconsidero** a decisão agravada (fls. 180-184, e-STJ) e, de plano, passo à análise das razões agravo em recurso especial.

O presente recurso merece prosperar.

**1.** Com relação à apontada ofensa aos artigos 536 e 537, § 1º do CPC/15, cinge-se a pretensão recursal à verificação acerca da proporcionalidade e razoabilidade do valor da *astreintes* fixada pelas instâncias ordinárias.

No caso, o Tribunal de origem, com base na análise dos elementos fáticos e probatórios dos autos, concluiu, *in verbis*:

Assim, analisando-se os períodos de descumprimento, nota-se que a agravada descumpriu as decisões liminares em duas oportunidades, ambas quanto à tomografia de coerência ótica determinada pela decisão de ampliação da tutela antecipada (ps. 244 dos autos da fase de conhecimento em primeiro grau): entre 02 de fevereiro de 2016 e 22 de fevereiro de 2016, e de 08 de novembro de 2016 a 22 de novembro de 2016.

O primeiro período comportava a aplicação de multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por 20 (vinte) dias, ou seja, o total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com o bem calculado pelo agravante (p. 07 dos autos n. 1011003-86.2015.8.26.0008/ 01, cumprimento definitivo de sentença).

Já o segundo período comportava a aplicação da multa majorada em sentença (ps. 351/ 357 dos autos de conhecimento), para R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) diários. O período foi de 14 (quatorze) dias, o que somaria a quantia de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), também calculado corretamente pelo agravante (p. 07 do cumprimento de sentença).

Conclui-se, portanto, que a multa ao final representaria o valor de R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), pouco menos do que exigido pelo agravante pela planilha de ps. 07 do cumprimento de sentença, já que afastada a multa entre 12 e 19 de agosto de 2015.

A decisão agravada, entretanto, reduziu a multa para o total de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), com base no artigo 537, § 1º, do Código de Processo Civil.

Respeitado o entendimento divergente da I. Magistrada de primeiro grau, com o a agravada efetivamente incorreu em desobediência à ordem judicial, por essa razão a multa cominatória deve incidir, já em sede de fase de execução, sem qualquer redução.

**Com efeito, a redução da multa permitida pelo Código de Processo Civil (art. 537, § 1º, I) não se confunde com a diminuição do montante já incorrido em razão do descumprimento do mandamento judicial. O**

**que o Código permite é a modulação do valor da multa para mais ou para menos, com vistas ao adequado estímulo ao cumprimento da ordem judicial.**

Entender que essa possibilidade se aplica ao montante da multa já incorrida vai em sentido contrário à literalidade do próprio dispositivo legal mencionado. A função coercitiva da multa há de ser preservada, não podendo ser esvaziada, com a redução da multa incorrida, sob pena de premiar-se ao desobediente da ordem judicial.

Interpretação em contrário esvaziaria a efetividade da tutela específica das obrigações de fazer e não fazer, expressam ente contemplada pelo ordenamento processual a teor do artigo 536 do CPC.

Destaque-se, por outro lado, a independência da multa cominatória, designada de astreinte, em relação ao valor da obrigação principal, mesmo que por opção do legislador acabe premiando ao credor em razão da incúria do desobediente.

Afinal, a função da astreinte é, exatamente, persuadir o devedor ao cumprimento da ordem judicial, não se confundindo com a chamada cláusula penal (arts. 408 e ss., CC) e ainda menos com a obrigação principal.

[...]

Para afastar o equívoco em que vem incorrendo parte de nossa doutrina e jurisprudência a esse propósito, o Código de Processo Civil de 2015 estabelece que a decisão que fixa a multa é passível de cumprimento provisório e que “a multa será devida desde o dia em que se configurar o descumprimento da decisão e incidirá enquanto não for cumprida a decisão que a tiver cominado” (art. 537, §§ 3º e 4º).

Assim, no regime do CPC/2015, impossível rever o valor da multa incorrida, facultando-se apenas a revisão da “multa vincenda” (§1º do mesmo dispositivo legal).

Dessa maneira, conclui-se que a impugnação realmente devia ser parcialmente acolhida, mas com fixação da multa ao final devida em valor superior ao revisto pela decisão agravada. A multa incorrida não deve ser reduzida, comportando apenas afastamento do valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), pelo período de 12 a 19 de agosto de 2015, em que não houve descumprimento da tutela antecipada pela agravada.

Ao final, a multa seria no total de R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), reformando-se a decisão agravada para fixação do montante devido de astreintes neste valor. (fls. 73-76, e-STJ)

O aludido julgado destoa da jurisprudência deste Tribunal Superior.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que o artigo 537 do CPC/15 permite ao magistrado, de ofício ou a requerimento da parte, afastar ou alterar o valor da multa quando este se tornar insuficiente ou excessivo, mesmo depois de transitada em julgado a sentença, não havendo espaço para falar em preclusão ou em ofensa à coisa julgada.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - ASTREINTES FIXADAS POR DESCUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO JUDICIAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO. INSURGÊNCIA DAS AUTORAS. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de

# Superior Tribunal de Justiça

que o artigo 461 do Código de Processo Civil de 1973 (correspondente ao art. 537 do NCPC) permite ao magistrado, de ofício ou a requerimento da parte, afastar ou alterar o valor da multa quando este se tornar insuficiente ou excessivo, mesmo depois de transitada em julgado a sentença, não havendo espaço para falar em preclusão ou em ofensa à coisa julgada. Precedentes. 2. O Tribunal a quo, ao reduzir o valor da multa diária de R\$ 500.000,00 para R\$ 100.000,00, o fez com amparo nos elementos de convicção dos autos, notadamente na assertiva segundo a qual apenas com a dilação probatória seria possível evidenciar se a divulgação da matéria referente a programa televisionado pela emissora extrapolaria o conteúdo jornalístico, o que não poderia se dar naquele momento por faltarem elementos suficientes para corroborar a pretensão de majoração da penalidade. 3. A majoração do valor atribuído às astreintes implica, como regra, o revolvimento de fatos e circunstâncias da causa, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ. 4. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 807.616/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 03/05/2018, DJe 10/05/2018).

Ainda nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MULTA POR DESCUMPRIMENTO. AFASTADA A EXIGIBILIDADE. SUBSISTÊNCIA DE FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA 283/STF. 1. A decisão que impõe ao réu a multa diária prevista no art. 461, § 4º, do CPC, por sua própria natureza, não produz coisa julgada material, podendo ser modificada a qualquer tempo, caso se revele insuficiente ou excessiva, conforme dispõe o art. 461, § 6º, do mesmo Código, até mesmo em exceção de pré-executividade ou em embargos do devedor. Precedentes. 2. A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula 283/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles". 3. Agravo interno conhecido, para negar provimento ao próprio recurso especial. (AgInt nos EDcl no AREsp 1087676/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/09/2018, DJe 25/09/2018).

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. SÚMULA Nº 284/STF. ASTREINTES. VALOR. ALTERAÇÃO. POSSIBILIDADE. PRECLUSÃO. INEXISTÊNCIA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. DESCUMPRIMENTO. JUSTA CAUSA. VERIFICAÇÃO. NECESSIDADE. MULTA DO ART. 475-J DO CPC/1973. INAPLICABILIDADE. TÍTULO JUDICIAL ILÍQUIDO. PENHORA. SEGURO GARANTIA JUDICIAL. INDICAÇÃO. POSSIBILIDADE. EQUIPARAÇÃO A DINHEIRO. PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE PARA O DEVEDOR E PRINCÍPIO DA MÁXIMA EFICÁCIA DA EXECUÇÃO PARA O CREDOR. COMPATIBILIZAÇÃO. PROTEÇÃO ÀS DUAS PARTES DO PROCESSO. [...] 3. A decisão que arbitra astreintes, instrumento de

coerção indireta ao cumprimento do julgado, não faz coisa julgada material, podendo, por isso mesmo, ser modificada, a requerimento da parte ou de ofício, seja para aumentar ou diminuir o valor da multa ou, ainda, para suprimi-la. Precedentes. 4. Nos termos do art. 537 do CPC/2015, a alteração do valor da multa cominatória pode ser dar quando se revelar insuficiente ou excessivo para compelir o devedor a cumprir o julgado, ou caso se demonstrar o cumprimento parcial superveniente da obrigação ou a justa causa para o seu descumprimento. Necessidade, na hipótese, de o magistrado de primeiro grau apreciar a alegação de impossibilidade de cumprimento da obrigação de fazer conforme o comando judicial antes de ser feito novo cálculo pela Contadoria Judicial. [...] 14. Recurso especial provido. (REsp 1691748/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/11/2017, DJe 17/11/2017)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC/1973. AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO PARA O TRATAMENTO DE MOLÉSTIA. IMPOSIÇÃO DE MULTA DIÁRIA (ASTREINTES) COMO MEIO DE COMPELIR O DEVEDOR A ADIMPLIR A OBRIGAÇÃO. FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. INTERPRETAÇÃO DO CONTEÚDO NORMATIVO INSERTO NO § 5º DO ART. 461 DO CPC/1973. DIREITO À SAÚDE E À VIDA. [...] 2. A função das astreintes é justamente no sentido de superar a recalcitrância do devedor em cumprir a obrigação de fazer ou de não fazer que lhe foi imposta, incidindo esse ônus a partir da ciência do obrigado e da sua negativa de adimplir a obrigação voluntariamente. [...] 4. À luz do § 5º do art. 461 do CPC/1973, a recalcitrância do devedor permite ao juiz que, diante do caso concreto, adote qualquer medida que se revele necessária à satisfação do bem da vida almejado pelo jurisdicionado. Trata-se do "poder geral de efetivação", concedido ao juiz para dotar de efetividade as suas decisões. 5. A eventual exorbitância na fixação do valor das astreintes aciona mecanismo de proteção ao devedor: como a cominação de multa para o cumprimento de obrigação de fazer ou de não fazer tão somente constitui método de coerção, obviamente não faz coisa julgada material, e pode, a requerimento da parte ou ex officio pelo magistrado, ser reduzida ou até mesmo suprimida, nesta última hipótese, caso a sua imposição não se mostrar mais necessária. Precedentes: AgRg no AgRg no AREsp 596.562/RJ, Relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe 24/8/2015; e AgRg no REsp 1.491.088/SP, Relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe 12/5/2015. [...] 7. Recurso especial conhecido e provido, para declarar a possibilidade de imposição de multa diária à Fazenda Pública. Acórdão submetido à sistemática do § 7º do artigo 543-C do Código de Processo Civil de 1973 e dos arts. 5º, II, e 6º, da Resolução STJ n. 08/2008. (REsp 1474665/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 26/04/2017, DJe 22/06/2017).

Desta forma, o aresto impugnado decidiu em desconformidade com a orientação desta Corte, quanto à possibilidade da redução da multa incorrida.

**2.** Do exposto, dou provimento ao agravo interno para reconsiderar a decisão monocrática de fls. 180-184, e-STJ e, de plano conhecer do agravo para **dar provimento** ao recurso especial, restabelecendo os termos da sentença (fls. 61, e-STJ).

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

